



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17412 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)  
ISSN: 2595-7945  
GT 05 - Estado e Política Educacional

**NOVO ENSINO MÉDIO E A INDUÇÃO AO SETOR PRIVADO: NOVOS ATORES NA EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO?**

Fabiano Viana Andrade - UERJ - FFP - Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Carlos Soares Barbosa - UERJ - PPFH - Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPERJ

**NOVO ENSINO MÉDIO E A INDUÇÃO AO SETOR PRIVADO: NOVOS ATORES NA EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO?**

Este estudo de doutorado investiga a atuação das EdTechs (startups de educação) no Ensino Básico da rede pública do Estado do Rio de Janeiro, no contexto do Novo Ensino Médio, iniciado em 2019. A análise considera a maior entrada das parcerias público-privadas durante a pandemia de Covid-19 a partir de 2020, e o papel das EdTechs como agentes da privatização direta e indireta dos serviços educacionais, promovida pelo Banco Mundial e parceiros locais. A metodologia adotada é o materialismo histórico-dialético, conforme proposto por Marx e Engels (2019), que permite uma compreensão integral do objeto, relacionando o problema aos condicionantes sociais, políticos e econômicos (Tonet, 2013). Esta abordagem é pertinente ao considerar a reforma do Ensino Médio, financiada por um empréstimo de 250 milhões de dólares do Banco Mundial ao Ministério da Educação (MEC) para o "Projeto de Apoio à Implementação do Novo Ensino Médio" (Brasil, 2019). A reforma, inclui a revisão curricular, flexibilização da carga horária e ampliação do tempo integral nas escolas e é criticada por intensificar a mercantilização da educação pública e aumentar o endividamento público.

Conforme Fornari e Deitos (2021), a reforma do Ensino Médio pode ser vista como uma "reforma-mercadoria", favorecendo interesses hegemônicos de uma parcela da sociedade civil, representada por organizações que disputam espaço nas políticas públicas por meio da produção e comercialização de materiais didáticos, assessoria técnica e oferta de educação

técnica presencial ou EaD. As EdTechs, que se apresentam como empresas transformadoras e neutras (Neto et al., 2018), desempenham papel central, ao oferecer soluções rápidas para os problemas educacionais, muitas vezes em detrimento da qualidade da educação pública.

O crescimento das EdTechs no Brasil, no contexto de reformas educacionais neoliberais e neoconservadoras, levanta preocupações quanto à mercantilização e privatização da educação pública. Essas empresas atuam não apenas na preparação de conteúdo, mas também na gestão escolar e na formação continuada de professores, oferecendo-se como alternativa ao Estado, que frequentemente vê os professores como inadaptáveis e ineficientes em lidar com as novas tecnologias. Não por coincidência, empresas privadas de tecnologia têm se organizado para captar recursos públicos destinados à educação. Eventos como o congresso "EdTechs e as Escolas Públicas: Avançando na Inovação e Conectividade", realizado desde 2022, ilustram essa tendência, reunindo representantes do setor privado e do governo para discutir o uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) na educação pública, com notória escassez da comunidade acadêmica.

No Rio de Janeiro, a implementação da reforma enfrentou atrasos significativos, com ações mais substanciais sendo percebidas apenas no final de 2022. Entretanto, contratos de R\$ 89.546.337,09 entre a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) e empresas de telefonia como Claro, Telefônica Brasil e Tim estão em vigor desde 2021, visando fornecer navegação para docentes e discentes da rede pública estadual, bem como prestação de serviços especializados de aplicativo móvel para transmissão de aulas e comunicação entre docentes e estudantes.

Nos anos de 2020 e 2021, o Estado do Rio de Janeiro fez da Big Tech Google Classroom a plataforma oficial de ensino por meio do Applique-se, um aplicativo para estudantes e professores da rede estadual durante a suspensão das aulas. Este aplicativo, ainda ativo, oferece conteúdos digitais como videoaulas, podcasts, livros didáticos e material de apoio para estudos e atividades. Já em 2024, por meio do Programa Estadual de Leitura, destaca-se a entrada da Eureka Digital, com editoras parceiras como Leya e Miolo Mole. Essas empresas, através de uma plataforma digital, disponibilizam livros didáticos, material pedagógico, aulas prontas e recursos didáticos para alunos e professores, além de uma ferramenta de inteligência artificial (Professor.IA). Esse movimento evidencia a crescente inserção das EdTechs na educação pública, levantando questões sobre os reais impactos dessa transformação.

Sendo assim, este estudo busca contribuir para a compreensão crítica dos efeitos dessas empresas no sistema educacional do Rio de Janeiro, refletindo sobre os desafios e riscos associados à crescente privatização e mercantilização da educação no Brasil. As investigações iniciais sugerem que os “novos” atores da modernização da educação são velhos conhecidos do setor empresarial, como Grupo Eureka, Claro, Vivo, Tim e Foreducation. A pesquisa, ainda em andamento, inclui a coleta e análise de fontes documentais e a realização de entrevistas semiestruturadas com atores-chave. Esse esforço visa oferecer uma análise das

implicações dessas transformações para a qualidade e equidade da educação pública, fornecendo uma base sólida para discussões futuras.

Palavras-chave: educação, reforma do ensino médio, edtech.

## REFERÊNCIAS

MARX, K. ENGELS, F. E. A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner. Petrópolis: Vozes, 2019.

TONET, I. Método científico: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Medida Provisória MPV 746/2016. Brasília, 22 de setembro de 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm) Acesso em: 20 jul. 2024.

FORNARI, Márcia; DEITOS, Roberto Antonio. O Banco Mundial e a Reforma do Ensino Médio no Governo Temer: Uma análise das Orientações e do Financiamento Externo. *Trabalho Necessário*, v.19, n. 39, mai.-ago., 2021.

BRASIL. Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), 2019b. Disponível em: [com\\_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category\\_slug=dezembro-2019pdf&Itemid=30192](https://com_docman/view/download/alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019pdf&Itemid=30192). Acesso em: 12 mai. 2024

NETO, Octavio Ribeiro de Mendonça; VIEIRA, Almir Martins; ANTUNES, Maria Thereza Pompa. *Industrialização da educação, edtech e prática docente. EccoS – Revista Científica*, n. 47, 2018. Disponível em: Acesso em: 13 out. 2023.